



TJMG

Simulado Final

TJMG

Oficial Judiciário – Oficial de Justiça

Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ MG – Oficial Judiciário – Oficial de Justiça– Pós-Edital

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso do TJMG;
- 2 – A prova contém **60 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos do TJMG;
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:00 às 12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no blog do Estratégia Concursos.

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-TJMG-Oficial-27-11>

- | | | |
|----------------|----------------|----------------|
| 01 – A B C D E | 21 – A B C D E | 41 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 22 – A B C D E | 42 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 23 – A B C D E | 43 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 24 – A B C D E | 44 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 25 – A B C D E | 45 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 26 – A B C D E | 46 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 27 – A B C D E | 47 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 28 – A B C D E | 48 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 29 – A B C D E | 49 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 30 – A B C D E | 50 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 31 – A B C D E | 51 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 32 – A B C D E | 52 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 33 – A B C D E | 53 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 34 – A B C D E | 54 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 35 – A B C D E | 55 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 36 – A B C D E | 56 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 37 – A B C D E | 57 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 38 – A B C D E | 58 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 39 – A B C D E | 59 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 40 – A B C D E | 60 – A B C D E |

LÍNGUA PORTUGUESA

Adriana Figueiredo

TEXTO I - Desastres climáticos aumentaram cinco vezes nos últimos 50 anos, aponta relatório da ONU

O número de desastres, como inundações e ondas de calor, causados pela mudança climática aumentou cinco vezes nos últimos 50 anos, matando mais de 2 milhões de pessoas e custando US\$ 3,64 trilhões em perdas totais, informou a ONU em relatório divulgado. A Organização Meteorológica Mundial (OMM) afirma que seu "Atlas" é a análise mais abrangente de mortalidade e perdas econômicas causadas por clima, água e extremos climáticos já produzida.

O relatório mostra uma tendência de aceleração, com o número de desastres aumentando quase cinco vezes da década de 1970 até a década mais recente, reforçando os sinais de que eventos climáticos extremos estão se tornando mais frequentes devido ao aquecimento global. "O número de fenômenos extremos está aumentando. Devido à mudança climática, estes serão mais frequentes e severos em muitas partes do mundo", afirmou em comunicado o secretário-geral da OMM.

Apesar de os eventos serem mais caros e frequentes, o número anual de mortes caiu de mais de 50 mil na década de 1970 para cerca de 18 mil na década de 2010, sugerindo que "sistemas aprimorados de alerta precoce levaram a uma redução significativa na mortalidade", acrescentou o secretário-geral. "A diferença é a prevenção", destacou em comunicado Mami Mizutori, que dirige a Agência da ONU para Redução de Risco de Desastres (*UNDRR, na sigla em inglês*). Ele recordou que, após o Katrina, Nova Orleans investiu US\$ 14,5 bilhões em dispositivos de combate às inundações.

De acordo com a OMM, é possível afirmar que, em média, aconteceu um desastre vinculado ao clima a cada dia dos últimos 50 anos, provocando o equivalente à morte de 115 pessoas e perdas materiais de US\$ 202 milhões por dia. As secas foram responsáveis pelas perdas humanas mais graves durante o período, com quase 650 mil vítimas fatais, enquanto as tempestades tiraram a vida de mais de 577 mil pessoas. Já as inundações mataram 59 mil pessoas e as temperaturas extremas quase 56 mil, segundo o relatório.

A organização também explica que mais de 91% das 2 milhões de mortes ocorreram em países em desenvolvimento, observando que apenas metade dos 193 membros da OMM têm sistemas de alerta precoce. Nesse sentido, Mizutori exortou as principais economias do mundo a ajudarem os países em desenvolvimento a investirem em sistemas de alerta e modelagem de risco, alertando para a necessidade de melhorar as redes de observação meteorológica em países da África, em certas áreas da América Latina e nas ilhas do Pacífico e Caribe.

Ele celebrou no comunicado as vidas que foram salvas graças aos sistemas de alerta, mas advertiu que "o número de pessoas expostas a riscos aumenta devido ao crescimento da população em áreas que podem sofrer catástrofes e a uma intensidade e frequência crescentes dos fenômenos" extremos.

(O GLOBO - Agências internacionais. Adaptado)

01. De acordo com a leitura do texto, os desastres

- a) Foram menos frequentes devido aos sistemas de alerta.
- b) Aconteceram predominantemente em países em desenvolvimento.
- c) Não puderam ser monitorados devido à ausência de sistemas em países subdesenvolvidos.
- d) Vitimaram menos pessoas devido aos sistemas de alerta.
- e) Resultaram do processo de desenvolvimento de países da África, América Latina e nas Ilhas do Pacífico e Caribe.

02. Quanto a tipologia textual do texto I, identifique a tipologia textual predominante.

- a) expositivo
- b) narrativo
- c) argumentativo
- d) injuntivo
- e) descritivo

03. Atente-se ao uso da vírgula, assinale a alternativa que está de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa:

- a) O aquecimento global resultado de ações não sustentáveis é responsável, segundo especialistas, pelo aumento do número de desastres naturais.
- b) O aquecimento global, resultado de ações não sustentáveis é, responsável segundo especialistas, pelo aumento do número de desastres naturais.
- c) O aquecimento global, resultado de ações não sustentáveis, é responsável, segundo especialistas, pelo aumento do número de desastres naturais.
- d) O aquecimento, global, resultado de ações não sustentáveis, é responsável, segundo especialistas, pelo aumento do número de desastres naturais.
- e) O aquecimento global, resultado de ações não sustentáveis é responsável, segundo especialistas, pelo aumento do número de desastres naturais.

04. Em que frase o verbo destacado está flexionado, quanto a número e pessoa, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa?

- a) **Queixou-se** da falta de investimento em sistemas de prevenção os representantes da ONU.
- b) **Precisam-se** de investimentos em novas tecnologias meteorológicas.
- c) No relatório, **relaciona-se** ao aumento de desastres o aquecimento global.
- d) Neste mês, **fizeram** dois anos do terremoto mais intenso já registrado.
- e) **Elaborou-se** sistemas de alerta de desastres naturais.

05. A frase em que o verbo ou o nome destacado apresenta a regência de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa é:

- a) A paciente avisou o médico que não estava se sentindo bem.
- b) O secretário disse estar apto a assumir o posto de gerente.
- c) Os professores discordavam com a atitude do diretor.
- d) As autoridades estavam convictas que a educação é o melhor caminho.
- e) Todos confiaram da ação tomada pelas forças de segurança.

TEXTO II - Impasse em nova CPMF atrasa segunda fase da reforma tributária do Governo

A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Com isso, foi adiada mais uma vez a entrega da segunda fase da proposta de reforma tributária do Governo.

O líder do Governo na Câmara, deputado Ricardo Barros (PP-PR), agora diz que o Executivo só deve apresentar o texto caso haja 340 votos favoráveis. “Não houve ainda um acordo com os senhores líderes sobre um texto possível e continuaremos trabalhando para que ela [a reforma] possa avançar”, disse.

O ministro Paulo Guedes (Economia) insiste na proposta como forma de desonerar empresas ao pagarem salários, principalmente devido à situação do que chama de 40 milhões de invisíveis identificados durante a pandemia. “Vamos ter que pensar em carteira verde e amarela, em desoneração da folha”, afirmou Guedes.

“São vários capítulos [na reforma tributária]. Um desses capítulos é a desoneração da folha”, disse Guedes. A proposta desenhada pelo ministro demanda a criação do tributo, mas ele defende que apenas para substituir os encargos trabalhistas. “Não vamos aumentar impostos, estamos substituindo”, defendeu.

(Fábio Pupo e Iara Lemos. Disponível em folha.uol.com.br. Acessado em: 06.10.2020)

06. De acordo com a leitura do texto, a reforma tributária

- a) não foi aceita por trazer prejuízos aos empresários.
- b) não se resume ao benefício dado a empresas no pagamento de salários.
- c) inclui o aumento de impostos em benefício de empresas.
- d) foi descartada após falta de apoio parlamentar.
- e) não depende da aprovação parlamentar para sua implementação.

07. O acento grave indicativo de crase é necessário e está empregado de acordo com a norma-padrão em:

- a) O novo gabinete ficará à distância de 3 quilômetros do Congresso Nacional.
- b) Para cumprir seus compromissos, o presidente da Câmara foi à São Paulo.
- c) Devido às recomendações atuais, as sessões estão ocorrendo à distância.
- d) Empresários preferiam o novo imposto à continuar com o ônus na folha de pagamentos.
- e) Com o objetivo de aprovação da reforma, o ministro acompanha às movimentações do Congresso.

08. A frase em que o emprego e a colocação do pronome oblíquo obedecem aos ditames da norma-padrão é:

- a) A proposta de reforma precisa passar por modificações para que parlamentares lhe aprovem.
- b) Houve resistência à criação de um novo imposto. É necessário esclarecer as razões que justifique-o.
- c) A reforma beneficia principalmente as empresas. A nova proposta visa desonerar elas ao pagarem salários.
- d) Foi apresentado um novo imposto nos moldes da antiga CPMF. No entanto, parlamentares não o aprovaram.
- e) Não pode-se prever quando haverá uma reforma tributária consolidada. O ministro ainda precisa fazer inúmeras articulações políticas.

09. Assinale a alternativa em que o termo destacado está classificado incorretamente entre parênteses.

- a) A criação **de um novo imposto** sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (complemento nominal)
- b) **A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF** não recebeu o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (sujeito)
- c) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não **recebeu** o apoio necessário da base parlamentar do presidente. (verbo transitivo direto)
- d) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu **o apoio necessário** da base parlamentar do presidente. (objeto direto)
- e) A criação de um novo imposto sobre pagamentos nos moldes da antiga CPMF não recebeu o apoio necessário **da base parlamentar do presidente.** (objeto indireto)

10. O conectivo destacado em "Embora tivesse apoio, a votação não ocorreu como o combinado" pode ser corretamente substituído por:

- a) Visto que
- b) Logo que
- c) Sem que
- d) Uma vez que
- e) Por mais que

TEXTO III



11. A charge acima faz uma crítica à seguinte ideia:

- a) obsolescência programada
- b) publicidade inadequada
- c) sedentarismo tecnológico
- d) consumo exagerado
- e) modernidade líquida

12. É obrigatório o emprego da preposição DE antecedendo o vocábulo que em:

- a) O apoio que todos precisavam viria de um grupo improvável.
- b) A reunião que os candidatos compareceram foi longa.
- c) O documentário político que assisti ganhou o Oscar.
- d) O projeto que colaboramos teve grande aceitação popular.
- e) As metas que o gerente apresentou não foram fáceis de serem alcançadas.

13. A presença ou ausência de acento gráfico pode variar em uma mesma palavra a depender de sua flexão de número (singular ou plural). A palavra que melhor ilustra esse caso é:

- a) voo
- b) saída
- c) alcateia
- d) armazém
- e) farol

TEXTO IV - APRENDA A CHAMAR A POLÍCIA

Eu tenho o sono muito leve, e numa noite dessas notei que havia alguém andando sorrateiramente no quintal de casa. Ao levantar, em silêncio, fiquei acompanhando os leves ruídos que vinham lá de fora, até ver uma silhueta passando pela janela do banheiro. Como minha casa era muito segura, com grades nas janelas e trancas internas nas portas, não fiquei muito preocupado, mas era claro que eu não ia deixar um ladrão ali, espiando tranquilamente.

Liguei baixinho para a polícia, informei a situação e o meu endereço.

Perguntaram-me se o ladrão estava armado ou se já estava no interior da casa.

Esclareci que não e disseram-me que não havia nenhuma viatura por perto para ajudar, mas que iriam mandar alguém assim que fosse possível.

Um minuto depois, liguei de novo e disse com a voz calma:

— Oi, eu liguei há pouco porque tinha alguém no meu quintal. Não precisa mais ter pressa. Eu já matei o ladrão com um tiro da escopeta calibre 12 que tenho guardada em casa para estas situações. O tiro fez um estrago danado no cara!

Passados menos de três minutos, estavam na minha rua cinco carros da polícia, um helicóptero, uma unidade do resgate e uma equipe de TV.

Eles prenderam o ladrão em flagrante, que ficava olhando tudo com cara de assombrado. Talvez ele estivesse pensando que aquela era a casa do Comandante da Polícia.

No meio do tumulto, um tenente se aproximou de mim e disse:

— Pensei que tivesse dito que tinha matado o ladrão.

Eu respondi:

— Pensei que tivesse dito que não havia ninguém disponível.

(Luís Fernando Veríssimo. Adaptado)

14. No trecho "**Ao levantar**, em silêncio, fiquei acompanhando os leves ruídos que vinham lá de fora" (1º parágrafo), a oração reduzida em negrito apresenta, em relação à oração seguinte, o valor semântico de

- a) modo
- b) causa
- c) consequência
- d) concessão
- e) tempo

15. No quarto parágrafo, a vírgula foi empregada após o vocábulo "ajudar" para:

- a) separar orações com sujeitos diferentes
- b) indicar a supressão de um termo
- c) isolar um termo deslocado
- d) separar a oração coordenada adversativa
- e) enumerar os fatos ocorridos

INFORMÁTICA

Emannuelle Gouveia

16. No computador, há uma pequena porção de memória utilizada para amenizar a diferença de velocidade entre o processador e a memória principal, Este recurso é comumente chamado de:

- a) memória cache
- b) memória principal
- c) memória virtual
- d) chipset
- e) registradores.

17. Ao clicar no botão , existente na barra de tarefas do Windows, o usuário terá acesso:

- a) aos aplicativos instalados na máquina.
- b) a barra de localização do Windows que pode ser utilizada para localizar arquivos localmente, aplicativos, ou fazer buscas na web.
- c) a barra de localização do Windows que pode ser utilizada para localizar arquivos apenas na web.
- d) a barra de localização do Windows que pode ser utilizada para localizar arquivos apenas localmente.
- e) localiza apenas usuários na rede..

18. No Word, temos o recurso de Quebra de Seção que é utilizado para a criação de áreas de edição independentes no texto. Das letras abaixo, marque aquela que contém tipos de quebra de seção válidos:

- a) Contínuo; Página Par.
- b) Página Impar; Página Dupla.
- c) Contínuo; Duplo.
- d) Próxima Página; Mesclado.
- e) Página Dupla; Próxima Seção.

19. No Excel o usuário digitou a função =Agora() . O que será apresentado na mesma célula quando ele apertar enter:

- a) Nada. O Excel não reconhece essa função e ignora o comando
- b) A data e a hora do sistema.
- c) A data e a hora do sistema atualizadas
- d) A data atual apenas
- e) Uma mensagem de erro.

20. Política de senha é uma preocupação constante nas empresas e órgão em geral. Sobre esse assunto, é correto afirmar que:

- a) Senhas devem ser compartilhadas entre funcionários para facilitar o acesso aos programas.
- b) Uma senha única deve ser utilizada pelo usuário para o seu acesso a todos os programas e plataformas, pois facilita a memorização.
- c) Senhas são pessoais e intransferíveis
- d) Senhas devem conter apenas números ou letras, mas devemos evitar misturá-los.
- e) Senhas não devem ser case sensitive.

ESTATUTO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS CIVIS DO ESTADO DE MINAS GERAIS E CÓDIGO DE CONDUTA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS INSTITUÍDO PELA PORTARIA

Nº 4.715/PR/2020 REGIMENTO INTERNO DO TJMG

Géssica Ehle

21. Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, acerca das penalidades, é correto afirmar que:

- a) Em caso de desobediência ou falta de cumprimento de deveres, aplicar-se-á verbalmente a pena de repreensão
- b) A falta de cumprimento dos deveres poderá ensejar a aplicação da pena de demissão quando houver dolo ou má-fé
- c) A pena de suspensão será aplicada em casos de o servidor aplicar indevidamente dinheiros públicos
- d) Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço ao acumular, ilegalmente, cargos, funções ou cargos com funções
- e) Será aplicada a pena de demissão a bem do serviço ao funcionário que praticar, em serviço, ofensas físicas contra funcionários ou particulares, salvo se em legítima defesa

22. O Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais prevê que deverão constar do assentamento individual todas as penas impostas ao funcionário, inclusive as decorrentes da falta de comparecimento às sessões do júri para que for sorteado. Ademais, o funcionário poderá requerer reabilitação administrativa, que consiste na retirada, dos registros funcionais, das anotações das penas. Nesses termos, o prazo para a retirada é de

- a) três (3) anos para as penas de suspensão compreendidas entre trinta (30) a noventa (90) dias ou destituição de função
- b) dois (2) anos para as penas de suspensão compreendidas entre sessenta (60) a noventa (90) dias ou destituição de função
- c) um (1) ano para as penas de suspensão de um (1) a quinze (15) dias, repreensão ou multa
- d) dois (2) anos para as penas de suspensão compreendidas entre trinta (3) e sessenta (60) dias
- e) três (3) anos para as penas de suspensão compreendidas entre quarenta e cinco (45) a noventa (90) dias ou destituição de função

23. Nos termos do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, acerca do sistema remuneratório, não é considerado espécie de vantagem:

- a) ajuda de custo
- b) auxílio para diferença de caixa
- c) honorários
- d) o vencimento
- e) adicionais previstos em lei

24. A partir do que define o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, no período de estágio apurar-se-ão os seguintes requisitos, exceto:

- a) idoneidade moral;
- b) assiduidade;
- c) disciplina;
- d) eficiência
- e) responsabilidade

25. De acordo com o Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Minas Gerais, no que diz respeito aos prazos, julgue os itens a seguir.

- I. A posse deverá verificar-se no prazo de trinta dias, prazo que poderá ser prorrogado por outros trinta dias.
- II. Se a posse não se der dentro do prazo inicial e no da prorrogação, o servidor será exonerado.
- III. O exercício do cargo ou da função terá início dentro do prazo de trinta dias, podendo ser prorrogado por mais trinta dias.

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) I e III

26. Sobre o Código de Conduta do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, instituído pela Portaria nº 4.715/PR/2020, são condutas esperadas de todos os agentes públicos do TJMG, exceto:

- a) Manter limpo e em ordem o local de trabalho
- b) Em caso de desligamento das atividades do TJMG, apagar registros de trabalho, dados e informações pertinentes ao setor otimizando o trabalho de preparação do espaço para o novo servidor
- c) Não utilizar quaisquer textos, dados, informações operacionais ou programas de informática cuja propriedade intelectual seja do TJMG
- d) Colaborar para a prevenção de acidentes
- e) Zelar pela conservação do patrimônio público, incluindo equipamentos individuais ou coletivos disponibilizados para o exercício das atividades profissionais

DIREITO CONSTITUCIONAL

Adriane Fauth

27. A respeito dos direitos fundamentais, assinale o item incorreto.

- a) O direito de petição é um remédio administrativo, que pode ter como destinatário qualquer órgão ou autoridade do Poder Público, de qualquer um dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) ou até mesmo do Ministério Público.
- b) De acordo com a CF, somente estarão isentas do pagamento de taxa para obtenção de certidões em repartição pública para defesa de direitos as pessoas que comprovarem sua hipossuficiência.
- c) Em razão do princípio da inafastabilidade de jurisdição, também denominado de princípio da universalidade de jurisdição, não existe no Brasil, como regra geral, a “jurisdição condicionada” ou “instância administrativa de curso forçado”.
- d) A CF assegura o princípio da irretroatividade da lei ao dispor que a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada. Entretanto, tal dispositivo não impede que o Estado crie leis retroativas, desde que favoráveis aos indivíduos.
- e) O princípio do juiz natural impede a criação de juízos de exceção ou “ad hoc”, criados de maneira arbitrária, após o acontecimento de um fato.

28. À luz dos dispositivos constitucionais, em relação ao Poder Judiciário, é correto afirmar que:

- a) ao Poder Judiciário é assegurada autonomia política, administrativa e financeira.
- b) o Supremo Tribunal Federal compõe-se de onze Ministros, escolhidos dentre cidadãos com mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada.
- c) compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, nos crimes comuns, os Governadores dos Estados e do Distrito Federal, e, nestes e nos de responsabilidade, os desembargadores dos Tribunais de Justiça dos Estados e do Distrito Federal, os membros dos Tribunais de Contas dos Estados e do Distrito Federal, os dos Tribunais Regionais Federais, dos Tribunais Regionais Eleitorais e do Trabalho, os membros dos Conselhos ou Tribunais de Contas dos Municípios e os do Ministério Público da União que oficiem perante tribunais.
- d) compete à Justiça do Trabalho processar e julgar os mandados de segurança, habeas corpus e habeas data, quando o ato questionado envolver matéria sujeita à sua jurisdição.
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa.

29. Acerca do que dispõe a Constituição Federal sobre as funções essenciais à Justiça:

- a) Os Procuradores dos Estados e do Distrito Federal, organizados em carreira, na qual o ingresso dependerá de concurso público de provas e títulos, com a participação da Ordem dos Advogados do Brasil em todas as suas fases, exercerão a representação judicial e a consultoria jurídica das respectivas unidades federadas.
- b) A Advocacia-Geral da União é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe, como expressão e instrumento do regime democrático, fundamentalmente, a orientação jurídica, a promoção dos direitos humanos e a defesa, em todos os graus, judicial e extrajudicial, dos direitos individuais e coletivos, de forma integral e gratuita.
- c) Às Defensorias Públicas Estaduais são asseguradas autonomia administrativa e a iniciativa de sua proposta orçamentária dentro dos limites estabelecidos na lei de diretrizes orçamentárias, não havendo, contudo, qualquer previsão acerca de sua autonomia funcional.
- d) É função institucional da Advocacia-Geral da União defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- e) Na execução da dívida ativa de natureza tributária, a representação da União cabe ao Ministério Público Federal, observado o disposto em lei.

LEI Nº14.133/21

Thállius Moraes

- 30.** Em relação a Lei nº 14.133/2021 - Nova lei de Licitações e Contratos, assinale a alternativa que não corresponde a uma hipótese de inexigibilidade de licitação.
- a) Aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
 - b) Aquisição ou restauração de obras de arte e objetos históricos, de autenticidade certificada, desde que inerente às finalidades do órgão ou com elas compatível.
 - c) Aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha.
 - d) Contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - e) Contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, como no caso de fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviço.

DIREITO CIVIL E DIREITO DO CONSUMIDOR

Paulo Sousa

- 31.** Márcia foi contratada, aos 14 anos, como menor-aprendiz, enquanto ainda cursava o Ensino Médio e morava com os pais. Aos 16 anos, iniciou um relacionamento afetivo com Péricles, casando-se com ele quatro anos depois. Ainda aos 16 anos, obteve seu título de eleitora. Aos 17 anos seu canal no Youtube ficou mundialmente famoso, tendo ela passado a obter renda muito superior a de seus pais. Aos 17 anos, ela terminou um Curso Técnico. Sobre Márcia, é correto dizer que ela se emancipou aos
- a) 14 anos, quando se tornou menor-aprendiz.
 - b) 16 anos, quando iniciou um relacionamento afetivo com Péricles.
 - c) 16 anos, quando obteve seu título de eleitora.
 - d) 17 anos, quando seu canal no Youtube ficou mundialmente famoso.
 - e) 17 anos, quando terminou um Curso Técnico.
- 32.** A interrupção da prescrição, que somente poderá ocorrer uma vez, dar-se-á:
- a) por despacho do juiz, desde que incompetente, que ordenar a citação, se o interessado a promover no prazo e na forma da lei processual.
 - b) pela apresentação do título de crédito em juízo de inventário, exclusivamente.
 - c) por qualquer ato inequívoco, ainda que extrajudicial, que importe reconhecimento do direito pelo devedor.
 - d) por qualquer ato extrajudicial, desde que constitua em mora o devedor.
 - e) pendendo condição suspensiva.

33. Paula, atravessando uma faixa de pedestres, foi atingida pela roda de um ônibus do transporte público, que se soltou em uma colisão, devido a um descuido do motorista. Neste caso

- a) Paula não é considerada consumidora, visto que o consumidor é quem utiliza o serviço como destinatário final.
- b) Paula é considerada consumidora por equiparação, devendo ser indenizada pelos danos causados pelo vício na prestação do serviço.
- c) Paula não é considerada consumidora, pois o motorista não é considerado fornecedor, tratando-se de transporte público.
- d) Paula é considerada consumidora por equiparação, devendo ser indenizada pelos danos causados pelo defeito na prestação do serviço.
- e) Houve vício na prestação do serviço, contudo, Paula não é considerada consumidora, devendo buscar reparação pelas normas de direito civil.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

34. O advogado que apresente nos autos procuração geral para o foro pode:

- a) assinar declaração de hipossuficiência econômica.
- b) receber citação.
- c) propor reconvenção.
- d) dar quitação.
- e) desistir do processo.

35. Os atos processuais serão realizados nos prazos prescritos em lei. Quando a lei for omissa, o juiz determinará os prazos em consideração à complexidade do ato. De acordo com o que o CPC dispõe sobre prazos processuais, é correto afirmar:

- a) Quando a lei ou o juiz não determinar prazo, as intimações somente obrigarão o comparecimento em juízo após decorridas 24 (vinte e quatro) horas.
- b) Na contagem de prazo em dias, estabelecido por lei ou pelo juiz, computar-se-ão somente os dias úteis, inclusive quando se tratar de prazo material.
- c) Em qualquer grau de jurisdição, havendo motivo justificado, pode o juiz exceder, por igual tempo, os prazos a que está submetido.
- d) Salvo disposição em contrário, os prazos serão contados incluindo o dia do começo e excluindo o dia do vencimento.
- e) A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido exclusivamente em seu favor.

36. Não se fará a citação, salvo para evitar o perecimento do direito, de:

- a) quem estiver participando de ato de culto religioso.
- b) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 3 (três) dias seguintes.
- c) de cônjuge, de companheiro ou de qualquer parente do morto, consanguíneo ou afim, em linha reta ou na linha colateral até o terceiro grau, no dia do falecimento e nos 7 (sete) dias seguintes.
- d) de noivos, nos 7 (sete) primeiros dias seguintes ao casamento.
- e) de doente.

37. Na execução, o juiz pode determinar às instituições financeiras que tornem indisponíveis ativos financeiros em nome do executado, sem prévia ciência deste, limitando-se a indisponibilidade ao valor indicado na execução.

Após a efetivação da indisponibilidade, as instituições financeiras devem apresentar resposta ao juiz, indicando o salvo afetado pela medida.

Se a indisponibilidade for excessiva, o juiz deverá determinar o cancelamento do excesso no prazo de:

- a) 24 horas.
- b) 48 horas.
- c) 72 horas.
- d) 5 dias.
- e) 10 dias.

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

Renan Araújo

38. Em um processo criminal que tramita na 03ª Vara Criminal de Belo Horizonte-MG, Josivaldo, réu pela suposta prática do crime de extorsão majorada, ofereceu a Tereza vultosa quantia em dinheiro para que esta, na qualidade de testemunha de acusação, viesse a prestar afirmação falsa em juízo. Tereza aceitou a proposta e, no dia de seu depoimento, efetivamente fez afirmações falsas em Juízo. O Juiz que presidia a instrução, todavia, percebendo que as declarações aparentemente eram falsas, determinou a extração de cópias ao MP-MG, bem como proferiu sentença em audiência, condenando Josivaldo pela prática do crime a ele imputado na exordial acusatória. A defesa de Josivaldo interpôs o cabível recurso de apelação, ainda pendente de julgamento perante o Tribunal de Justiça.

Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) Josivaldo praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Tereza praticou o crime de falso testemunho, ambos majorados de um sexto a um terço.
- b) Josivaldo e Tereza deverão responder pelo crime de falso testemunho, majorado de um sexto a um terço.
- c) Josivaldo praticou o crime de corrupção ativa de testemunha e Tereza praticou o crime de falso testemunho, sem majoração.
- d) Josivaldo e Tereza não praticaram crime, eis que o depoimento falso foi irrelevante para o processo.
- e) Caso Tereza se retrate e declare a verdade antes do julgamento do recurso, estará extinta sua punibilidade.

39. Ângelo, uruguaio, praticou no Brasil um crime de estelionato majorado. O MP ofereceu denúncia em desfavor de Ângelo perante a 01ª Vara Criminal da comarca de Juiz de Fora-MG, indicando como endereço para citação o número 1.200 da Rua Botafogo, Juiz de Fora-MG. O Juízo recebeu a denúncia e determinou a citação de Ângelo no endereço indicado. Lá chegando, o Oficial de Justiça recebeu do porteiro a informação de que Ângelo não mais residia no local, tendo se mudado há 03 meses, e que estaria residindo no Peru, embora não se tenha o endereço exato do réu.

Nesse caso, Ângelo deverá ser citado:

- a) Por edital
- b) Por carta precatória
- c) Por carta rogatória, dirigida ao Peru
- d) Por carta rogatória, dirigida ao Uruguai
- e) Por hora certa

40. Sobre o rito do Tribunal do Júri, assinale a única alternativa incorreta:

- a) O juiz, ao final da instrução preliminar, proferirá decisão de pronúncia, se convencido da materialidade do fato e da existência de indícios suficientes de autoria ou de participação.
- b) A sentença de impronúncia não faz coisa julgada material.
- c) O desaforamento pode ser determinado por requerimento da defesa ou do Ministério Público, mas não por representação do Juiz.
- d) Durante o julgamento em plenário não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte
- e) O recurso cabível em face da sentença de pronúncia é o Recurso em sentido estrito.

41. Josafá foi denunciado pelo MPMG pela suposta prática do crime de estelionato (pena: reclusão de 01 a 05 anos e multa). Segundo consta na denúncia, Josafá teria se passado por um comprador em uma loja de eletrônicos para, valendo-se da distração criada nos funcionários pelo engodo empregado, subtrair dois aparelhos celulares, avaliados em R\$ 6.000,00 cada. O Juízo, ao final da instrução, entendeu que o fato narrado constituía, na verdade, o crime de furto qualificado pela fraude (pena: reclusão de 02 a 08 anos e multa).

Nesse caso, é correto afirmar que se trata de um caso de:

- a) Emendatio libelli, não podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- b) Mutatio libelli, não podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de furto qualificado, por ter pena mais grave.
- c) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave e ainda que não haja aditamento da denúncia pelo MP.
- d) Mutatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de furto qualificado apenas se houver aditamento da denúncia por parte do MP.
- e) Emendatio libelli, podendo o Juiz condenar o réu pelo crime de furto qualificado, ainda que tenha pena mais grave, não havendo que se falar em aditamento da denúncia.

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL

Emerson Bruno

42. Tendo em vista a legislação sobre Direito Notarial e Registral para o concurso do TJMG, é um ofício de registro que está delimitado a uma circunscrição territorial.

- a) o Cartório de Registro das Pessoas Jurídicas.
- b) o Cartório de Protesto de Títulos.
- c) o Cartório de Registro de Imóveis.
- d) somente o Cartório de Registro das Pessoas Naturais.
- e) somente o Cartório de Registro de Imóveis.

43. De acordo com a legislação sobre Direito Notarial e de Registro, no âmbito estadual, a fiscalização judiciária dos atos notariais e de registro, será exercida:

- a) pelo TJMG.
- b) pelo Diretor-Geral do TJMG.
- c) pelo Corregedor-Geral de Justiça.
- d) pelo juízo competente.
- e) pelo Tribunal de Contas do Estado.

44. De acordo com a Lei 8.935/1994, aos tabeliães de notas NÃO compete com exclusividade:

- a) lavrar atas notariais.
- b) autenticar cópias.
- c) lavrar escrituras e procurações públicas.
- d) lavrar testamentos privados e encaminhar os cerrados para o cartório de registro de imóveis.
- e) autenticar cópias.

NOÇÕES BÁSICAS DE CUSTAS JUDICIAIS E TAXAS JUDICIÁRIAS

Tiago Zanolla

45. Considere

I. A União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal, suas autarquias e as suas fundações, mesmo que explorem atividade econômica.

II. O réu comprovadamente pobre nos feitos criminais.

III. A Defensoria Pública

IV. o Ministério Público;

Segundo a Lei Estadual nº 14.939/2003 que dispõe sobre o Regime de Custas, são isentos do pagamento de custas:

- a) I, III e IV estão corretas.
- b) I, II e III estão corretas
- c) II e IV estão corretas.
- d) II, III e IV estão corretas.
- e) II e IV estão incorretas.

46. Considere

I - Traslado.

II - A elaboração e o preenchimento de certidão.

III - As despesas postais.

IV - Despesas de transporte do oficial registrador para diligência de casamento fora do serviço registral.

V - Microfilmagem.

Considerando a Lei Estadual nº 15.424/04, que dispõe sobre a fixação, a contagem, a cobrança e o pagamento de emolumentos relativos aos atos praticados pelos serviços notariais e de registro, o recolhimento da Taxa de Fiscalização Judiciária e a compensação dos atos sujeitos à gratuidade estabelecida em lei federal e dá outras providências, os emolumentos incluem:

- a) I, III e IV estão corretas.
- b) I, II e IV estão corretas
- c) I, II, III e V estão corretas
- d) Todas estão incorretas
- e) Todas estão corretas

47. Segundo o Provimento Conjunto nº 75/2018, o servidor que receber indevidamente a verba indenizatória de transporte deverá ser notificado para que proceda ao ressarcimento dos valores apurados ou oferte as justificativas no prazo de

- a) 03 dias.
- b) 05 dias.
- c) 10 dias.
- d) 15 dias.
- e) 30 dias.

48. Segundo Lei estadual nº 14.939/2003, que dispõe sobre as custas devidas ao Estado no âmbito da Justiça Estadual de primeiro e segundo graus, é INCORRETO afirmar:

- a) São isentos do pagamento de custas a União, o Estado de Minas Gerais e seus Municípios, as respectivas autarquias e fundações, e as empresas públicas.
- b) A dispensa das custas dos Juizados Especiais ficará prejudicada caso haja recurso para as Turmas Recursais.
- c) Não há incidência de custas nos processos de habeas corpus, de habeas data e nos feitos de competência do Juízo da Infância e Juventude
- d) Haverá recolhimento das custas finais na hipótese de desistência da ação.
- e) Havendo mais de uma citação ou notificação para o mesmo endereço, será cobrada uma única verba de locomoção.

49. Em relação à Custa Judiciária nos Habeas Corpus, é correto afirmar que:

- a) não é devida, em qualquer hipótese.
- b) é devida, a menos que o mandado seja preventivo.
- c) não é devida, se a impetração for desprovida de valor econômico.
- d) é devida, calculada sobre o valor que possa o impetrante vir a receber, com base no direito pleiteado.
- e) é devida, sempre no valor mínimo legal.

50. Considere:

- I - no interesse do beneficiário da gratuidade da justiça;
- II - nos processos de competência do Juizado Especial, em primeiro e segundo graus de jurisdição;
- III - na ação penal privada
- IV - nos processos judiciais, cuja diligência for determinada pelo magistrado, de ofício, quando o autor for beneficiário da gratuidade da justiça;
- V - no interesse do Ministério Público e da Defensoria Pública;

À luz do Provimento Conjunto n. 75/2018, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais assegurará ao oficial de justiça avaliador, com recursos do orçamento fiscal, o pagamento da verba indenizatória de transporte e o reembolso dos dispêndios com praça de pedágio e transporte fluvial nos mandados cumpridos em:

- a) I, III e IV
- b) I, II e IV
- c) I, II, III e V
- d) I, IV e V
- e) II, IV e V

LEGISLAÇÃO

Géssica Elhe

51. Nos termos Lei nº 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, acerca do atendimento prioritário que deverá receber a pessoa com deficiência, assinale a alternativa incorreta.

- a) é válido para quaisquer circunstâncias que ensejarem proteção e socorro
- b) engloba o atendimento em todas as instituições e serviços de atendimento ao público
- c) destina-se também ao transporte coletivo de passageiros
- d) é prevista para a tramitação processual e de procedimentos judiciais e administrativos em que a pessoa com deficiência for parte ou interessada, em todos os atos e diligências
- e) dá direito à restituição de imposto de renda tanto para a pessoa com deficiência quanto para seu acompanhante

52. Segundo o que prevê a Lei nº 11.340/2006, que cria mecanismos para coibir violência doméstica e familiar contra a mulher, é incorreto o que se afirma em:

- a) a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher constitui uma das formas de violação dos direitos humanos
- b) a não revitimização da depoente é uma das diretrizes de inquirição das vítimas
- c) é medida protetiva de urgência a apreensão de arma de fogo sob a posse do agressor
- d) quando a violência resultar em lesões a vítima poderá usar da retratação, sendo a ação condicionada à representação
- e) Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, a prestação de alimentos provisionais ou provisórios

53. Sobre o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os itens a seguir.

- I. A internação provisória pode ser baseada em decisão fundamentada por mero indício de autoria e materialidade
- II. O adolescente civilmente identificado não será, em nenhuma hipótese, submetido a identificação compulsória pelos órgãos policiais, de proteção e judiciais, em respeito à proteção integral
- III. É garantida, ao adolescente, a oitiva pessoal em caso de cometimento de ato infracional

Está correto o que se afirma em:

- a) I, apenas
- b) II, apenas
- c) III, apenas
- d) I e II
- e) I e III

54. A partir da Lei nº 13.869/2019, que dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade, é possível afirmar que dentre as penas restritivas de direitos, substitutivas das privativas de liberdade, está:

- a) prestação de serviços à comunidade ou a entidades privadas
- b) prestação de cesta básica à entidades públicas
- c) suspensão do exercício do cargo pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses
- d) suspensão do exercício do cargo pelo prazo de 6 (seis) meses a 1 (um) ano
- e) suspensão do exercício do cargo pelo prazo de 1 (um) a 6 (seis) meses, mantendo-se o pagamento de vencimentos e vantagens

55. Nos termos da Lei nº 10.741/2003, que dispõe sobre o Estatuto do Idoso, é correto afirmar que a população idosa terá garantia de prioridade na efetivação de direitos. Acerca da prioridade, assinale a alternativa incorreta.

- a) compreende o atendimento preferencial imediato e individualizado
- b) abarca a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas específicas
- c) preocupa-se com a capacitação e reciclagem dos recursos humanos nas áreas de geriatria e gerontologia
- d) dispõe sobre prioridade na isenção do Imposto de Renda
- e) estabelece a necessidade do estabelecimento de mecanismos que favoreçam a divulgação de informações de caráter educativo sobre os aspectos biopsicossociais de envelhecimento

RACIOCÍNIO LÓGICO

Carlos Henrique

Baseado no texto abaixo, resolva as questões 56 e 57

O Estratégia Concursos promoveu uma reunião entre os professores. Em um certo intervalo, 20% das mulheres deixaram a sala de reunião e o número de professoras ficou igual a $\frac{3}{5}$ do número de professores homens. Se, com a saída das mulheres, o grupo passou a ser de 320 pessoas, responda as questões seguintes:

56. Depois da saída das mulheres, qual é nova porcentagem de homens?

- a) 62,5%
- b) 84%
- c) 60%
- d) 64,5%
- e) 37,5%

57. Qual é a quantidade original de pessoas na reunião?

- a) 340
- b) 350
- c) 360
- d) 370
- e) 380

58. Seis moças, dentre as quais está Eva, estão aguardando em uma fila para serem atendidas pelo caixa de uma loja.

Nesta fila, Carla está à frente de Dani, que se encontra imediatamente atrás de Bia. Fátima não é o primeiro da fila, mas está mais próximo do primeiro lugar do que do último. Sabendo que Ana será atendida antes do que Carla e que Carla não é a quarta da fila, pode-se concluir que a pessoa que ocupa a quarta posição da fila

- a) certamente é Bia.
- b) certamente é Dani.
- c) certamente é Eva.
- d) pode ser Bia ou Dani.
- e) pode ser Bia ou Eva.

59. Analise as premissas a seguir.

- Se o bolo é de chocolate, então o refresco é de abacaxi.
- Se o refresco não é de abacaxi, então o sanduíche é de mortadela.
- O sanduíche não é de mortadela.

Logo, é correto concluir que

- a) o bolo é de chocolate.
- b) o refresco é de abacaxi.
- c) o bolo não é de chocolate
- d) o refresco não é de abacaxi.
- e) o bolo é de chocolate e o refresco é de abacaxi.

60. Considere como verdadeira a seguinte sentença: “Se todas as flores são azuis, então o jardim tem a cor do céu”.

É correto concluir que:

- a) se todas as flores não são azuis, então o jardim não é tem a cor do céu;
- b) se uma flor é amarela, então o jardim não tem a cor do céu;
- c) se o jardim tem a cor do céu, então todas as flores são azuis;
- d) se o jardim não tem a cor do céu, então todas as flores não são azuis;
- e) se o jardim não tem a cor do céu, então pelo menos uma flor não é azul.

Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-TJMG-Oficial-27-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>